

Ao:

Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa - EPE
Ministério da Economia e Emprego
Secretaria de Estado dos Transportes

AVISO-PRÉVIO DE GREVE

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 534^a do Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009 de 12 de Fevereiro, vem o SITESE, trazer ao conhecimento de todas as entidades interessadas, que no exercício do dever indeclinável que lhes assiste, na defesa dos direitos dos trabalhadores que representa:

- Pelo respeito integral dos AE's e pela defesa da contratação colectiva;
- Pela reposição dos subsídios de férias e de Natal;
- Contra qualquer processo de fusão do Metropolitano de Lisboa com outras empresas, que configure uma situação de extinção do Metropolitano de Lisboa;
- Pelo aumento real dos salários em 2013;
- Contra a implementação das alterações ao Código de Trabalho e contra a aprovação do O.E./2013, naquilo que estes instrumentos consubstanciam de novas e agravadas perdas de rendimentos dos trabalhadores, através:
 - da redução da remuneração do trabalho (suplementar e nos feriados);
 - do objectivo de eliminação do direito ao transporte dos trabalhadores e seus familiares;
 - da redução dos escalões do IRS, com o aumento brutal do imposto a ser cobrado;
 - do aumento da retenção na fonte, reduzindo o salário mensal;
 - do aumento brutal do IMI;
 - da eliminação de 4 feriados.
- **Convoca uma greve para o dia 14 de Novembro de 2012, para os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa nos seguintes termos:**
- **Trabalhadores Administrativos, Apoio e Técnicos Superiores: das 00.00 horas às 24.00 horas do dia 14 de Novembro de 2012;**
- **Todos os trabalhadores que iniciem o seu período de trabalho antes das 00.00 horas do dia 14 de Novembro de 2012 e que o seu maior período de trabalho corresponda a este dia, entram em greve no início do seu dia de trabalho até ao final, assim como os que terminem o seu dia de trabalho após as 24.00 horas deste dia estão abrangidos por este pré-aviso;**

No âmbito da representatividade do SITESE a greve em causa, nesta empresa em concreto e pela natureza das funções administrativas, não exige a definição dos serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e instalações, nem à satisfação de necessidades sociais impreteríveis.

Lisboa, 25 de Outubro de 2012.

A Direcção,

